**ESCOLA LAICA OU RELIGIOSA? Embates sobre o ensino secundário na Província de Santa Catarina (década de 1850)**

***Ademir Valdir dos Santos***[[1]](#footnote-1)

***Elcio Cecchetti***[[2]](#footnote-2)

**Grupo de Trabalho 4: Política, Laicidade e Ensino Público**

**Resumo**

O estudo dialoga com os debates sobre a organização histórica do ensino secundário. O objetivo é discutir como a questão da laicidade se configurou no cenário de embate entre defensores das humanidades e das ciências que se constituiu no espaço público da Província de Santa Catarina na década de 1850. A metodologia tem por base um *corpus* documental composto pela imprensa da época, que é analisado por meio do diálogo com referenciais sobre a história de instituições educativas e a laicidade. Os resultados mostram um embate narrativizado na imprensa e protagonizado pelo funcionamento de duas instituições distintas, bem como pela organização curricular implementada e pelo protagonismo conferido aos professores. O *Colégio de Bellas Letras* foi expressão do humanismo e o Liceu se caracterizou pela implementação da laicidade.

**Palavras-chave:** laicidade; ensino secundário; Santa Catarina.

**1 Introdução**

As pesquisas de Lorenz e Vechia (2011) sobre a história das disciplinas escolares e do currículo no processo de institucionalização do ensino secundário evidenciam que, assim como em vários países europeus, em nossa nação a organização deste estágio da escolarização também foi parametrizada pelos embates entre as *humanidades* e as *ciências*. Particularmente, foi no decorrer do século XIX, ainda no período Imperial, que diversas leis foram exaradas com o objetivo de regular a criação e funcionamento de instituições educativas.

Este estudo tem como ponto de partida o debate sobre aspectos gerais da organização do ensino secundário na Província de Santa Catarina. O objetivo principal é discutir como a questão da laicidade se configurou no cenário do embate entre defensores das humanidades e das ciências que se constituiu no espaço público na década de 1850.

A metodologia está embasada no uso de um *corpus* documental que inclui exemplares da imprensa da época. As análises são efetuadas à luz de referenciais que discutem a constituição histórica de instituições educativas e os estatutos da laicidade.

**2 Fundamentação teórica: humanidades *versus* ciências**

O ensino pautado pelas humanidades é compreendido como aquele nutrido pela tradição clássica, que remonta às origens greco-romanas. Destarte, conjuga o aprendizado das línguas antigas, da retórica, da lógica e, notadamente, da moral, que é um elemento de formação impregnado tanto pela tradição da religião católica como por compreendê-la enquanto motivação primeira e única premissa das práticas educativas. Ou seja, a vertente humanística cristã pressupõe uma organização curricular inspirada num conjunto de valores de origem religiosa. De acordo com Lorenz e Vechia (2011, p. 116), “Ao longo dos séculos XVI, XVII e XVII, os estudos secundários estavam arraigados, quase exclusivamente, na tradição clássico-humanista”, e, nesse sentido, nos colégios onde eram ministrados, embora tivessem como um dos seus objetivos o progresso intelectual, os programas de ensino primavam pelo desenvolvimento espiritual e moral do aluno, constituindo-se num estágio de preparação para os estudos superiores.

Por outro lado, a partir do século XVII, o desenvolvimento científico e a dinâmica das transformações sociais, associados às expressões do pensamento que caracterizaram o Iluminismo, colocaram em xeque os paradigmas e dogmas até então vigentes, que eram hegemônicos e vinculados a fundamentos religiosos. A partir dali, caberia às ciências sustentar um conjunto de novos conceitos e de modelos teóricos explicativos dos fenômenos naturais. Sendo assim, no decurso do século XIX, as finalidades formativas e educacionais do ensino secundário foram profundamente afetadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico.

As contribuições das ciências e o desenvolvimento da tecnologia foram fatores que influenciaram o pensamento dos defensores quer do ensino clássico-humanista, que do ensino moderno-científico.

[...] As contribuições científicas e tecnológicas não passaram despercebidas, nem tampouco a relação entre a ciência – em sua forma pura ou aplicada – e a educação. (Lorenz; Vechia, 2011, p. 118).

Especificamente quanto à produção de conhecimento no âmbito da História da Educação, dialogamos ainda com a compreensão de que a escrita da história do ensino secundário no Brasil pode ser alicerçada pelas denominadas *história das disciplinas* e *história do currículo*. Tudo isto porque, de acordo com Pessanha (2015, p. 99), tais práticas investigativas lançam mão do uso de diversos tipos de fontes, as quais têm instaurado debates com uma polarização entre as vertentes humanista e científica:

[...] pesquisadores vêm assumindo a tarefa de escrever a história das práticas curriculares dos estabelecimentos de Ensino Secundário no Brasil, ancorados em múltiplas fontes das quais as mais fecundas têm sido a legislação nacional e estadual que compõem o currículo prescrito complementadas pelos debates que as geraram, provocaram ou alteraram. As análises daí decorrentes coincidem na explicitação de que por muitas décadas, as prescrições e, certamente, as práticas curriculares, nos estabelecimentos que ministravam esse nível de ensino, trouxeram a marca de um embate entre duas propostas de organização do trabalho escolar e do currículo: a proposta humanista e a proposta científica.

Importante ressaltar que há uma aproximação entre a concepção de ensino com base nas ciências e as perspectivas de laicização do ensino. Afirmamos, de modo conexo, que os emergentes pontos de vista cientificistas defendem o denominado *ensino leigo* e os fundamentos de modelos interpretativos a ele associados, os quais apregoam que se deve afastar da escola tudo aquilo que está relacionado às noções religiosas ou espirituais. Nesse sentido, as investigações de Cecchetti e Santos (2022) demonstram que as discussões sobre o estatuto de laicidade que deveria ser aplicado à educação escolar brasileira foram pautadas pela oposição entre duas vertentes históricas: de um lado, a concepção de ensino leigo inspirada no modelo estadunidense, defendida por Rui Barbosa, , segundo a qual o ensino religioso poderia ser realizado nas escolas, mas de modo extracurricular e por representantes do culto respectivo, sendo, portanto, excluído dos programas de ensino e oferecido fora dos horários dedicados para as disciplinas científicas; de outro, o modelo francês, que dialogou com o radical laicismo e defesa das ciências e da técnica oriundos do pensamento positivista, segundo o qual a instrução religiosa deveria ser totalmente excluída dos prédios escolares e dos programas de estudo. Nesse sentido, se esclarece que tal debate ocupou a cena político-jurídica nacional na transição do Império para a República:

Tal processo não somente nutriu batalhas nos setores políticos e jurídicos, configurando a natureza das perspectivas de laicidade aplicadas ao campo educacional ao longo das últimas décadas do Império e nos primórdios da República, mas, de alguma forma, ainda sustenta hodiernas disputas e posições díspares sobre o conceito e o alcance da laicidade no meio escolar. (Cecchetti; Santos, 2022, p. 15)

**3 Embates sobre o ensino secundário na Província de Santa Catarina: qual laicidade?**

Até o ano de 1834, em consonância com a tradição humanista hegemônica, a *instrução pública* ofertada no território brasileiro também estava restrita às aulas de Filosofia, Retórica e Latim. E conforme Haidar (1972), o denominado Ato Adicional de 1834 atribuiu às províncias a faculdade de legislar sobre a instrução pública e a decorrente atribuição de instalar e regular a atividade das próprias instituições de ensino.

Nesse contexto também foi exarada legislação educacional que geria a natureza do ensino em cada província e orientava a criação de escolas por meio da composição de um conselho que reunia indivíduos vinculados às instituições religiosas e representantes do Estado.

[...] a criação de um Conselho Superior de Instrução formado por membros da Igreja, conselheiros do Estado e membros do ensino livre, cujas principais funções eram de analisar projetos de criação de Liceus, Colégios e Faculdades, prestar auxílio aos estabelecimentos de instrução secundária, selecionar compêndios, elaborar regulamentos dos liceus, entre outras. (Scheffer, 1997, p. 114).

Podemos inferir que o ensino secundário começou a ter destaque no cenário provincial, apesar das dificuldades com recursos para construir escolas e manter um corpo docente à altura. De acordo com Schmidt (2009), no ano de 1850, na capital da Província de Santa Catarina, então denominada Nossa Senhora do Desterro, temos o início das atividades do *Colégio de Bellas Letras*, orientado para a educação das elites locais. A instituição foi criada pelo Padre Joaquim de Oliveira e Paiva e o corpo docente integrado pelo cônsul britânico Carlos João Watson, pelo engenheiro argentino Dom Mariano Moreno, pelo médico Manuel Pinto Portela, além do bacharel João Silveira de Souza e do professor Francisco de Paula Silveira. Quanto ao Padre Paiva, mais tarde alçado à condição de Arcipreste de Santa Catarina, foi o diretor do Colégio e, além de se dedicar à carreira religiosa, atuou como político e jornalista.

Sobre a organização curricular do Colégio de Belas Letras, admitiu uma disciplina de Ciências Naturais, que incorporava elementos da Física, Química e Botânica. Conforme destaca Scheffer (1997, p. 132): “(...) o curso de Bellas Letras passou a funcionar no Liceu que também oferecia um curso de Ciências Naturais, distribuído em sete cadeiras”. E o periódico O Conciliador Catharinense – Jornal Official, Noticioso e Litterario noticiou a criação da instituição pelo Padre Paiva.

[...] um collegio, onde os alumnos encontrarão um curso completo de todos os estudos preparatorios indispensaveis [...]. Um programma que serà publicado [...] annunciarà o dia d´abertura do collegio, os ramos de ensino ahi leccionados, seus professores, etc. (Aos paes..., 1850, p. 4).

O escrito ainda ressalta que a instituição contava com docentes que conjugavam a formação moral à científica: “[...] habeis professores que tem escolhido, invidará todos os exforços, afim de que os alumnos, que lhe forem confiados, acham neste collegio todos os elementos necessarios á *boa educação moral e scientifica*” (Aos paes..., 1850, p. 4, grifo nosso). Quer dizer que, no princípio, o programa de ensino do Colégio de Belas Letras estava em consonância com as transformações candentes da época, sendo que o conteúdo curricular religioso tradicional passou a admitir algumas disciplinas de teor científico.

Mas para melhor compreensão da institucionalização do ensino secundário na Província de Santa Catarina, cabe mencionar que o Colégio de Belas Letras foi efêmero e cerrou as portas em 1852. E ainda que, no ano seguinte, aconteceu o fechamento do Colégio dos Jesuítas, ativo desde 1843. Segundo Schmidt (2009), uma vez encerradas as atividades das duas instituições, não havia oferta de ensino secundário na província, o que implicou no surgimento de aulas particulares, assim como fez com que emergissem pressões para que fosse criado um novo colégio, mas público e laico. E é mediante essas circunstâncias e fatores que foi criado o Liceu na capital, com início das atividades em 1857.

Dado esse contexto, o que destacamos é que o provimento de professores para o recém inaugurado Liceu implicou em controvérsias e embates. E quem foram os antagônicos interlocutores envolvidos? De um lado havia a elite católica tradicionalmente estabelecida. De outro, o governo provincial, devido ao fato de que a presidência atuou para que fossem contratados um diretor e docentes para a nova escola, mas cuja formação era contrária ao conservadorismo local. Isto porque, como expõe Schmidt (2009), os contratados eram alemães luteranos. E isso nutriu uma narrativização xenofóbica, que ocupou considerável espaço na imprensa da época.

Dentre as fontes consultadas identificamos o jornal *O Argos*, que declarava total apoio ao Padre Paiva e se pautava nos fundamentos católicos para a formação juvenil. Diversas edições apresentam críticas ao governo da Província, notadamente no interstício entre 1857 e 1859. Um candente exemplo está no excerto onde se percebem ataques tanto aos docentes como ao estudantado do Liceu, ambiente retratado como promotor da imoralidade.

O CHAMADO LICÊO [...] ja ha o que quer que seja de desordem entre os lentes e os discípulos! [...] perde o equilibrio e prostra-se. Tal será o fim do nascente estabelecimento! Uma vez que elle foi estabelecido sem ser sobre as *solidas bases da moral*, não pode persistir senão por pouco tempo (O chamado..., 1857, p.3, grifo nosso).

Mas outro fator que chama a atenção para as disputas se refere, justamente, à natureza do quadro de docentes do Liceu. Entre os contratados estava Fritz Müller, notável naturalista evolucionista, que aproveitou o convite do Presidente da Província para aliar a docência à oportunidade de pesquisar a rica fauna marinha local (Schmidt, 2009). Isso configurou dois pecados, se pensarmos de acordo com o conservadorismo humanista cristão: avolumavam-se tanto a laicidade como o ensino com base nas ciências. Ou seja, o funcionamento do Liceu, que primava pela base curricular científica ao lado daquela de matiz humanista remanescente, apareceu aos católicos como um meio de difusão de ideias contrárias. Além disso, a atuação de Fritz Müller era dedicada ao ensino de Química, Zoologia e Botânica, e há registro da aquisição de um laboratório.

Em 1859, o presidente da província, João José Coutinho, destinou a quantia de 500$000 réis para o professor Fritz Müller adquirir na Europa utensílios e equipamentos para instalar um pequeno laboratório de Física e Química, para que as Ciências Naturais fossem ensinadas de forma prática e moderna. Além desse laboratório, o Liceo também passou a ter um jardim botânico, administrado pelo naturalista Fritz Müller. (Fritz Müller, 2023).

Mas o que logo se verifica é um movimento contrário, após a substituição da Presidência da Província. O laboratório é fechado, o que integrou ações contra os professores luteranos do Liceu, que funcionava nos moldes da laicidade.

Em 1860, ocorre a mudança de João José Coutinho, por Araújo Brusque. Este fecha o laboratório e vende os instrumentos. O fechamento do laboratório foi parte do combate ao Colégio Liceo realizada em sua maioria por comerciantes e políticos locais, que temiam o fato de haver luteranos (Ricardo Becker, Carlos Parucher, Bukart e Fritz Müller) ministrando aulas, em um colégio laico subsidiado pelo governo da Província de Santa Catarina. (Fritz Müller, 2023).

Do mesmo modo, os confrontos que ocupavam o espaço público provincial envolviam o tipo de disciplinas que foi sendo ofertado. Em edição do ano de 1859 detectamos a defesa das *cadeiras* de caráter científico, vistas como aliadas dos novos tempos e exigências do mundo do trabalho:

Instarei pela creação de uma cadeira de sciencias naturaes, ou physicas, e de outra de Dezenho. [...] chamando a attenção dos alumnos a objectos concretos e reaes, darão um conveniente contrapezo aos estudos abstractos de Mathematica, Philosophia, e línguas. É sobre as sciencias naturaes que se baseiao os grandes progressos da agricultura, da industria fabril, dos meios de communicação etc. de que justamente se ufana o nosso seculo. A cadeira de desenho unida as de sciencias naturaes, e de Mathematicas elementares, he de grande vantagem, ou para melhor dizer, necessaria para termos bons e esclarecidos artífices. (As contradições..., 1859, p. 1).

Nesta mesma fonte consta um trecho extraído de relatório do Presidente da Província. Nessa redação o dirigente alega que apesar de até então haver um número reduzido de estudantes secundaristas, seguia no propósito de investir na formação de base científica, tudo isso por meio do apoio aos professores e à compra de materiais de laboratório.

Não nos deve afugentar da creação dessas cadeiras a pouca concurrencia de alumnos [...] Demmais, as sciencias physicas, e o desenho attrahe a mocidade; e quanto a despeza, entendo, que não excedera a 1:000$ por anno, sendo 800$ para gratificar a Professores actuaes do Lyceo que se achao habilitados para as reger, e 200$ para compra de utensis modelos etc.. (AS CONTRADIÇÕES..., 1859, p. 1).

E o embate seguiu sendo nutrido por algum tempo, uma vez que o Liceu foi oficialmente fechado em 1867.

**4 Considerações Finais**

O estudo objetivou analisar como a laicidade se configurou no embate entre defensores das humanidades e das ciências que se constituiu no espaço público na década de 1850, na Província de Santa Catarina, ao considerar a criação e atuação de instituições de ensino secundário.

Verificamos que a dinâmica histórica do embate foi protagonizada em torno da criação e funcionamento de duas instituições, bem como pela organização curricular implementada e pelo protagonismo conferido aos professores. Por um lado, a criação e funcionamento do Colégio de Bellas Letras, impulsionado pela elite católica local e capitaneado pelo Padre Paiva, demarcou o espaço das narrativas de fundo humanista, com a defesa do tipo de formação moral que deveria ser aplicado à juventude típico da tradição religiosa. Noutro polo, a criação do Liceu pela Presidência da Província, assim como a contratação de professores alemães luteranos com formação nas ciências e a adoção de um desenho curricular de base científica, serviram para a edificação da laicidade.

A imprensa local foi meio para divulgação de ataques e defesas das duas partes. As análises servem como demonstração de que as disputas entre a tradição humanista e as formas de pensar o mundo calcadas nas ciências ocuparam o espaço público da Província de Santa Catarina no decorrer do século XIX, sendo o ambiente da *instrução pública*, que hoje chamamos de educacional, um dos focos das disputas.

**Referências**

AOS PAES de familia. *O Conciliador Catharinense*. Jornal Official, Noticioso e Litterario, Desterro, 5 janeiro 1850.

AS CONTRADIÇÕES do Presidente Vitalicio de Santa Catharina. *O Argos da Provincia de Santa Catharina*, Cidade do Desterro, 21 maio 1859.

PESSANHA, Eurize C. História das disciplinas e do currículo como base para a escrita da história do ensino secundário no Brasil. *Pedagogía y Saberes*, n. 42, 2015, pp. 99-107.

CECCHETTI, Elcio; SANTOS, Ademir V. dos. A laicização da educação na transição do Império para a República no Brasil: ensino leigo ou religioso? *Revista Brasileira de Educação,* v.27, 2022, p. 1-19.

FRITZ MÜLLER. Disponível em: <https://projetofritzmuller.ufsc.br/fritz-muller/>.

HAIDAR, Maria de Lourdes M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo. Grijalbo/Editora da USP, 1972.

LORENZ, Karl M.; VECHIA, Ariclê. O debate ciências versus humanidades no século XIX: reflexões sobre o ensino de ciências no Collegio de Pedro II. In: Gonçalves Neto, Wenceslau; Miguel, Maria E. B.; Ferreira Neto, Amarílio. [Orgs.] *Práticas escolares e processos educativos: currículo, disciplinas e instituições escolares [séculos XIX e XX]*. Vitória, Brasil: EDUFES, 2011, p. 115-152.

O CHAMADO Licêo. *O Argos da Provincia de Santa Catharina*, Cidade do Desterro, 7 abril 1857.

SCHEFFER, Elizabeth W. O. *Química: Ciência e Disciplina Curricular, Uma Abordagem Histórica.* Dissertação de Mestrado, Educação, Universidade Federal do Paraná, 1997.

SCHMIDT, Leonete L. A Cultura Escolar Catarinense na Década de 1850: A Criação do Liceu Provincial e o Debate em Torno da Contratação de Professores Alemães e Protestantes. *Poiésis*, v. 2, n. 2, Jul./Dez. 2009, p. 24- 41.

1. Doutor em Educação pela UFSCar. Docente e pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: ademir.santos@ufsc.br [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutor em Educação pela UFSC. Atua como professor dos cursos de licenciatura de Ciências da Religião da Unochapecó e FURB. Contato: elcio.educ@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)